

Museu Nacional de Machado de Castro: Dificuldades e opções de um novo programa



Adília Alarcão*

No final do séc. XX, coube-nos a tarefa de reprogramar este grande museu, necessitado de ampliação e beneficiação das suas instalações que detêm o estatuto de monumento nacional.

Sediado desde 1913 no paço episcopal de Coimbra, alguns anos antes deixado vago e arruinado, o Museu foi objecto de sucessivas intervenções que, em cada período, contribuíram para melhorar as condições de funcionamento e a qualidade de exposição do seu vasto e importante acervo.

Todavia, a falta de espaço nunca permitiu criar depósitos para reserva museológica, nem oficinas gerais, de conservação e de apoio pedagógico, nem sequer uma zona para acolhimento do visitante, bem localizada, eficiente e confortável. Daí, o empenhamento que as sucessivas direcções manifestaram na aquisição do terreno parcialmente adjacente, a oeste, o qual fora ocupado como logradouro do paço, sendo o restante constituído por habitações, numa vizinhança perigosa para a segurança da instituição.

“Sediado desde 1913 no paço episcopal de Coimbra, (...) o Museu foi objecto de sucessivas intervenções...”

A concretização da posse desses anexos conduziu, nos finais da década de 80, à decisão de uma intervenção de fundo que viria a perder-se em acções pontuais e fragmentadas por falta de um programa global que contemplasse, de forma crítica, o significado e as

potencialidades conjugadas dos edifícios e das colecções.

Embora se possa ler no “Inventário Artístico da Cidade de Coimbra” (1947, p.162) que as obras iniciais de adaptação do paço “*em parte o reintegraram e em parte o desnaturaram*”, é forçoso reconhecer que, malgrado a renovação do bloco norte ter conduzido à perda



“Loggia” quincentista do Antigo Paço Episcopal.

dos “restos manuelinos”, a intervenção de 1912 não o “desnaturou” mais do que as seguintes, decorrentes dos programas de Vergílio Correia (1932-44) e Luís Reis Santos (1952-1967) e da transferência para o Museu (1966) da famosa Capela do Tesoureiro, edificada no séc. XVI na Igreja do Convento de S. Domingos.

Globalmente, todas estas obras, levadas a efeito pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, não impediram que o conjunto arquitectónico chegasse aos dias de hoje preservado no que encerra de mais original e historicamente valioso.

Na verdade, a residência episcopal não é um edifício mas sim uma justaposição de edifícios ligados entre si, embora individualizados pela com-

partimentação das coberturas, perpetuando uma antiga tradição de raiz muçulmana. A mesma influência se lê na porta da cerca medieval, ainda conservada.

Igualmente medievos, todos datáveis no séc. XII, são os restos da igreja-colegiada de S. João de Almedina e diversos fragmentos arquitectónicos e escultóricos descobertos durante as remodelações do paço ocorridas em 1895-96 e 1938.

Do final de Quinhentos data a varanda, desenvolvida em dupla colunata - que liga os corpos norte e sul, e constitui o elemento mais emblemático do conjunto - abrindo o vasto pátio central sobre a paisagem, a poente. Esta obra, segundo risco atribuído a Filipe Terzi, integra-se na primeira grande re-

forma do paço, da iniciativa de D. Jorge de Almeida e concluída por D. Afonso de Castelo Branco, os dois bispos recordados pelos respectivos brasões no portal de entrada edificado em 1592.

A profundidade da intervenção conduziu nessa época ao total entulhamento do fantástico pódio em dois pisos abobadados que, em meados do séc. I, a administração romana construíra ali para suporte de um fórum. Volvidos dezanove séculos, entre 1932 e 1940, o monumento é redescoberto, iniciando-se um processo descontínuo de escavações arqueológicas que só terminaria na década de 90.

Perante dois mil anos de História inscrita numa sucessão de intervenções arquitectónicas cujas marcas ora se so-

brepõem ora se justapõem, impunha-se um trabalho paciente de leitura e interpretação que ajudasse a definir e sublinhar a diversidade formal e temporal em presença.

A complexidade do edifício constituía, aos nossos olhos, a maior dificuldade do programa. Mas, simultaneamente tínhamos consciência da sua valia intrínseca e de quanto - se bem descodificada e gerida - ela poderia acrescentar ao entendimento e à fruição das colecções expostas. Essa foi a primeira decisão importante, certamente metodológica, mas que influenciaria de forma decisiva tanto o programa como o projecto. Com efeito, à tentação de um tratamento unificador que apague as marcas do tempo e neutralize a descontinuidade dos espaços, preferimos tirar partido das especificidades, organizando a exposição permanente por núcleos temáticos em que, tanto quanto possível, o edifício funcione como elemento integrador.

Por outro lado, complementarmente, queríamos ter como adquirido que, não obstante todos os constrangimentos reais - de natureza patrimonial e urbanística - que afectam, de igual modo, o conjunto edificado e os edifícios a construir, a intervenção agora programada iria, uma vez por todas, trazer a este Museu uma clara separação entre circuitos públicos (acolhimento, exposição, espectáculo, educação, descanso) e reservados (administração, investigação, arquivo / reserva, conservação, áreas técnicas).

Para cumprir tal objectivo, foi necessária outra opção: aceitar que, definidas as linhas mestras de um programa

museológico, este só poderá tomar forma acabada quando já existir uma boa proposta desenhada, fruto de estreita colaboração entre a equipa museológica e a equipa projectista.

O bloco norte do conjunto edificado é o menos interessante e o mais vezes alterado ao longo dos séculos. A última intervenção de iniciativa episcopal, neo-manuelina - pela mão do Arq. Álvaro Augusto Machado - foi completamente obliterada pelos sucessivos programas de adaptação a museu, entre 1912 e 1960, corporizados de modo pouco inspirado tanto ao nível das fachadas quanto, ao nível da participação interna. A inclusão nesta

“Perante dois mil anos de História inscrita numa sucessão de intervenções arquitectónicas (...) impunha-se um trabalho paciente de leitura e interpretação...”

zona, em 1966, da Capela do Tesoureiro rompeu a escala e a funcionalidade do bloco, dando também lugar a um processo de degradação acelerada do edifício - facilitando múltiplas infiltrações - e da própria Capela com todo o seu recheio escultórico, por exposição aos agentes naturais e à acção dos pombos que ali dormiram e nidificaram durante três décadas.

Resolver estes problemas com eficácia e sensibilidade, afigurava-se-nos ser o grande desafio colocado ao arquitecto e, por consequência, o ponto em que o programa museológico exigia maior flexibilidade. Assim aconteceu, com efeito, obrigando a lógica da proposta arquitectónica para cobertura do pátio

a estender o princípio em que se fundamentava à zona do edifício actualmente ocupada pelos serviços técnico-administrativos e pela casa do pessoal. A cabeceira da igreja setecentista (que substituíra a medieval), completamente absorvida pela construção, nos anos 1940-50, dessa zona de serviços, será assim libertada, oferecendo ao visitante mais uma oportunidade de leitura da crónica.

Certo é que tal decisão só foi possível graças à feliz circunstância de a edibilidade ter disponibilizado um gaveto que apenas uma viela separa do terreno destinado à ampliação do Museu. De forma trapezoidal, estendendo-se, na sua parte mais larga, diante da varanda quinhentista, esse terreno tem uma capacidade de utilização muito condicionada quer em superfície quer em altura. Tal limitação cedo mostrou não dispormos de área suficiente para desenvolver o programa, mostrando-se legítima a ambição de conquistar toda a faixa que ladeia a viela. São grandes as dificuldades que se oferecem, obrigando a expropriações e ao faseamento da obra, mas cremos ser a única opção correcta para garantir a coerência do programa museológico o que permite igualmente requalificar a envolvência do monumento libertando-a de presenças espúrias e desenvolvendo a alternância entre volumes construídos e vazios plantados, tão característicos da Alta de Coimbra.

* Directora do Museu Nacional de Machado de Castro